

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS- UNIS/MG

PEDAGOGIA

PAMELA GUIMARÃES LIMA GARCIA

N. CLASS.	M 371 9144
CUTTER	G 216 d
ANO/EDIÇÃO	2014

DISLEXIA E ESCOLA: identificação precoce

**Varginha
2014**

FEPESMIG

Faint, illegible text, possibly a stamp or header.

Registro: 452023
Data: 27-04-2015

PAMELA GUIMARÃES LIMA GARCIA

DISLEXIA E ESCOLA: identificação precoce

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Gerais - UNIS/MG como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Profª. Scheilla G. de Oliveira.

**Varginha
2014**

Grupo Educacional UNIS

PAMELA GUIMARÃES LIMA GARCIA

DISLEXIA E ESCOLA: identificação precoce

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Gerais - UNIS/MG como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof. Sheila Guimarães.

Aprovado em

Prof.

Prof.



Prof. Dra. Terezinha Richartz

OBS.:

Dedico este trabalho ao meu esposo, Saymon, que acreditou em mim e que sempre me deu forças e ao meu filho, João Miguel, que conseguiu ainda no meu ventre, brotar a inspiração e o ânimo para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela capacidade depositada em mim. Agradeço aos meus pais pela honra de terem confiado em mim e pelas orações. Agradeço a Lawanda pela ajuda em ter emprestado seu tempo e a Margarida por ter sido presente em tantos momentos. E a todas as pessoas que esperaram pela minha formação torcendo e acreditando que ela seria possível, eu agradeço.

“Conheça a verdade e ela vos libertará.”
(Jesus Cristo)

RESUMO

Existe uma espécie de fantasma que assombra as salas de aula brasileiras. Ele atende pelo nome de dislexia e é corresponsável pelas dificuldades de milhões de crianças, sobretudo nas séries iniciais. É quase consenso que esse distúrbio é um obstáculo que impede o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita. Especialistas no assunto discordam dessa análise e dizem que ela tem sido usada para justificar o fracasso escolar e a evasão e, com isso, muitos tiram o foco da baixa qualidade do ensino, deixando os alunos como únicos responsáveis pelas deficiências da escola. Grande parte dos estudantes que escrevem as letras invertidas na alfabetização ou cometem erros de ortografia agem assim porque essas ocorrências são normais no processo de aquisição da linguagem escrita. E o objetivo desse trabalho é desmistificar conceitos que permeiam a dislexia na mente de muitos profissionais que atuam na escola, com identificação precoce no âmbito escolar. O trabalho revela que muitos profissionais encontram-se equivocados quando se trata de dislexia em sala de aula, tratando-a de forma errônea.

Palavras chaves: Dislexia. Distúrbio. Linguagem escrita.

ABSTRACT

There is a kind of ghost that haunts the Brazilian classrooms . He goes by the name of dyslexia and is co-responsible for the difficulties of millions of children , especially in the early grades . It is almost a consensus that this disorder is an obstacle preventing the full development of reading and writing. Subject matter experts disagree with this analysis and say that it has been used to justify the school failure and dropout , and with it , many have taken the focus of the low quality of education , leaving students alone responsible for the shortcomings of the school. Most students who write letters reversed in literacy or make mistakes in spelling do so because these are normal occurrences in the acquisition of written language . And the aim of this article is to demystify concepts underlying dyslexia in the minds of many professionals who work in schools with early identification and intervention in the school setting . The work reveals that many professionals are mistaken when it comes to dyslexia in the classroom , treating it wrongly .

Keywords: *Dyslexia. Disorder. Written language.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A (IN)DEFINIÇÃO DA DISLEXIA: uma leitura histórica.....	11
2.1 A abordagem organicista.....	13
2.2 A perspectiva cognitivista ou instrumental.....	13
2.3 A visão psicoafetiva.....	14
3 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM X DISTÚRBO ESPECÍFICO	15
3.1 Respostas aos problemas (dificuldades) de aprendizagem.....	16
3.2 Fatores preditores de distúrbio de aprendizagem.....	18
4. IDENTIFICAÇÃO PRECOCE: como a escola pode lidar com escolares disléxicos?.....	20
4.1 Identificação.....	20
4.1.1 Sintomas mais comuns da dislexia.....	20
4.2 Diagnóstico e Encaminhamento.....	21
4.3 Como o professor pode ajudar encaminhar a criança que apresenta os sintomas de dificuldade de aprendizagem (dislexia).....	23
4.4 Como o professor pode ajudar no tratamento da dislexia.....	24
5 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho irá abordar a dislexia em suas principais dúvidas no âmbito escolar, ou seja, os mitos que permeiam os profissionais da educação diante desse tema. E o que temos encontrado na escola são conceitos errôneos e professores despreparados diante desse assunto, aumentando os números de alunos “diagnosticados” com tal distúrbio. E existe uma espécie de fantasma que assombra as salas de aula brasileiras. Ele atende pelo nome de dislexia e é corresponsável pelas dificuldades de milhões de crianças, sobretudo nas séries iniciais.

Especialistas no assunto discordam dessa análise e dizem que ela tem sido usada para justificar o fracasso escolar e a evasão e, com isso, muitos tiram o foco da baixa qualidade do ensino, deixando os alunos como únicos responsáveis pelas deficiências da escola. Grande parte dos estudantes que escrevem as letras invertidas na alfabetização ou cometem erros de ortografia agem assim porque essas ocorrências são normais no processo de aquisição da linguagem escrita.

É importante ressaltar a importância de se desmistificar esses mitos sobre a dislexia a fim de esclarecer e salientar as dúvidas para que não prejudiquemos o aprendizado dos alunos.

E tal abordagem se justifica, pois a dislexia é um assunto bem visto nas escolas hoje em dia, como distúrbio de maior incidência, e tem sido tratada de forma equivocada. E o propósito máximo desse trabalho é evidenciar a dislexia com identificação e intervenção precoce, e como a escola poderá realizar esse trabalho.

Hoje a prática docente encontra-se estreitamente ligada a um processo constante de formação. E diante da realidade escolar, encontramos com alunos das mais variadas maneiras. Dessa forma, mostrarei como o professor poderá auxiliar a identificar os sinais presentes do reflexo da dislexia dentro de sala de aula.

Para haver um diagnóstico preciso e conseqüentemente um tratamento adequado em relação a dislexia, exigem o trabalho de uma equipe multidisciplinar especializada. Pois, nós, professores jamais poderemos emitir laudo para um aluno, não somos capacitados para tal. O professor auxiliará junto com uma equipe multidisciplinar (médico, neuropsicólogo, fonoaudiólogo, pedagogo), a escola, os pais e/ou responsáveis para uma melhor avaliação desse aluno em conjunto.

A metodologia utilizada para compor esse trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Mas, o que é realmente uma pesquisa bibliográfica? Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 15) “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

No 2º capítulo será abordado basicamente o contexto histórico, a origem etimológica da palavra e alguns principais conceitos sobre a dislexia. Fica evidente nesse capítulo que ainda não existe um conceito realmente pronto e acabado sobre o tema.

No 3º capítulo será abordada a diferença entre problemas de aprendizagem versus distúrbio específico. Serão abordadas também algumas respostas as dificuldades de aprendizagem apresentada.

E no último capítulo, será exposto o propósito máximo dessa monografia, relatando através dos autores, os sinais mais comuns da dislexia, como é feito a identificação dos sinais pela escola e pelos professores e como estes poderão ajudar no encaminhamento ao diagnóstico e no tratamento.

A pesquisa mostra que muitos profissionais encontram-se equivocados quando se trata de dislexia em sala de aula.

2 A (IN)DEFINIÇÃO DA DISLEXIA: uma breve leitura histórica

É na própria história da institucionalização da escola que surgem os primeiros sinais de problemas de aprendizagem com a linguagem escrita. Fica evidente que o surgimento da escola formalmente organizada apresenta a sociedade um problema envolvendo o processo de assimilação de aprendizagem. Segundo Massi (2007, p. 25) “as primeiras descrições envolvendo dificuldades na aprendizagem da linguagem escrita coincidem com a história da própria institucionalização do ensino, quando, no final do século XIX, surgiram na França escolas elementares públicas, obrigatórias e formalmente organizadas.”

Muito se tem discutido sobre Dislexia no âmbito da educação. Entretanto, o que vem a ser essa dificuldade que é de grande interesse também para a sociedade?

A palavra dislexia é de origem grega. “Dis” quer dizer dificuldade e “lexia”, palavra, leitura. Em 1881 Berkland identificou esta dificuldade de aprendizagem pela primeira vez. No entanto só em 1887 que a palavra dislexia surge através Rudolf Berlin, um oftalmologista e médico inglês.

O conceito de dislexia evoluiu ao longo da história.

No Brasil, dados da Associação Brasileira de Dislexia – ABD (1983) indicam que, em média, 40% dos casos diagnosticados na faixa mais crítica, entre 10 e 12 anos, são de grau severo, 40% são de grau moderado e 20 % são de grau leve.

A primeira definição da dislexia é do neurologista americano, Dr. Samuel T. Orton a quem foi dedicado o nome da primeira instituição (Orton Dislexia Society, atual International Dyslexia Association – IDA) para pesquisas e estudos sobre a dislexia. E segundo Orton (1925) apud Ianhez (2001, p. 22):

É uma dificuldade que ocorre no processo de leitura, escrita, soletração e ortografia. Não é uma doença, mas um distúrbio com uma série de características. Torna-se evidente na época da alfabetização, embora alguns sintomas já estejam presentes em fases anteriores. Apesar de instrução convencional, adequada Inteligência e oportunidade sociocultural e ausências de distúrbios cognitivos fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia independe de causas intelectuais, emocionais e culturais. É hereditária e a maior incidência é em meninos na proporção de três para um (ou seja, a cada três meninos que nascem com dislexia, apenas uma menina nasce disléxica).

Outra definição de um autor de alta relevância no estudo da dislexia é Myklebust (1962) apud Ianhez (2001), diz que a dislexia é uma desordem de linguagem que

impede a aquisição de sentido por intermédio das palavras escritas, por causa de uma deficiência na habilidade de simbolização. Pode ser endógena ou exógena, congênita ou adquirida. As limitações na linguagem escrita são demonstradas por uma discrepância entre a aquisição real e a esperada. Essas limitações derivam de disfunções cerebrais manifestadas por perturbações na cognição; não são, portanto atribuídas a impedimentos motores, sensoriais, intelectuais ou emocionais, tampouco a ensino adequado ou falta de oportunidade.

É relevante mencionar que dislexia congênita, segundo o autor, é aquela hereditária, de ordem genética. E já a dislexia adquirida é consequência de um traumatismo craniano, acidente vascular, tumor, derrame, e entre outros.

Uma definição mais compreensível, clara e objetiva é da Profª Cristiane da Silva do Nascimento de Souza, diz que:

Dislexia é uma dificuldade primária do aprendizado, envolvendo: leitura, escrita, soletração ou uma combinação destes fatores. É o distúrbio (transtorno) do aprendizado mais frequentemente identificado em sala de aula. Caracteriza-se por alterações quantitativas ou qualitativas, total ou parcialmente irreversíveis. Está relacionada diretamente à reprovação escolar, com aproximadamente 15% das causas. Estima-se que a dislexia atinja 10 a 15% da população mundial, porém não é o resultado de uma má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição socioeconômica ou baixa inteligência. (SOUZA, 2013, p. 08)

É a quarta definição, atual e aceita nas pesquisas e também adotada pela Associação Brasileira de Dislexia (ABD), é da *International Dislexia Association* (1994) apud Ianhez (2001, p. 23):

A dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico da linguagem, de origem constitucional, caracterizado pela dificuldade em decodificar palavras simples. Mostra uma insuficiência no processo fonológico. Essas dificuldades na decodificação de palavras simples não são esperadas em relação a idade. Apesar de instrução convencional, adequada inteligência, oportunidade sociocultural e ausências de distúrbios cognitivos e sensoriais fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem com frequência, incluídos aí os problemas de leitura, aquisição e capacidade de escrever e soletrar.

A Associação Internacional de Dislexia, em 2003, definiu a dislexia como sendo “uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica.”

São muitos termos quando se refere à dislexia, pois seus sintomas se manifestam de formas diferentes em cada indivíduo. É bom ressaltar que o mais importante não é

conceituar, mas sim buscarmos formas onde possamos ajudar e ensinar a todos os envolvidos nessa questão, principalmente as crianças em fase de alfabetização.

Keats (2000) apud Farrell (2006) em um livro sobre as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e dislexia, declara francamente “no decorrer das pesquisas para este livro, tentei encontrar uma definição única e amplamente aceita de dislexia. Entretanto, depois de encontrar 28 definições diferentes sem sequer esgotar minha busca, desisti”.

Diante do exposto fica evidente que a definição exata da Dislexia encontra-se em uma constante busca do que é aceitável sobre seu diagnóstico.

2.1 A abordagem organicista

Segundo Massi (2007) a visão organicista é representada pela área médica, cujas várias explicações parecem multiplicar-se de acordo com cada especialidade da medicina disposta a esclarecer questões escolares relacionadas ao processo de apropriação da linguagem escrita. Além disso, é comum, no interior de uma mesma especialidade, verificar posicionamentos divergentes para o que tem sido considerada dislexia. No âmbito da própria neurologia – primeira especialidade médica que buscou fundamentar e categorizar fatos relacionados à aprendizagem da escrita como um distúrbio – não se encontra uma posição única.

Conforme citado acima, até mesmo a área médica encontra dificuldade em definir uma causa em relação à dislexia. Várias especialidades médicas divergem quanto às causas relacionadas ao processo da linguagem escrita, visto que não podemos ao certo defini-la como causa genética.

2.2 A perspectiva cognitivista ou instrumental

Nessa concepção, alguns profissionais atribuem a função cerebral supostamente anormal, ou seja, deficiências cognitivas como a percepção visual, percepção auditiva, a memória, noção de espaço-temporal, como causa da dislexia e que poderiam afetar esses processos cognitivos do indivíduo.

Na visão cognitivista, os termos ‘disfunção’ e ‘imaturidade’ contrapõem-se à noção de lesão e malformação. Passam a ser usados para descrever função

cerebral supostamente anormal, a qual poderia acarretar desordens cognitivas – também chamadas instrumentais –, que, por sua vez, interfeririam negativamente na aprendizagem da escrita. Portanto, nessa abordagem, deficiências cognitivas – decorrentes de disfunções cerebrais – seriam tomadas como causa da chamada dislexia e poderiam afetar diferentes processos de construção do objeto escrito, tais como: a percepção visual, percepção auditiva, a memória e a estruturação espaço-temporal. (MASSI, 2010, p. 34)

2.3 A visão psicoafetiva

Nessa visão, psicólogos clínicos buscaram explicar dificuldades na aprendizagem da linguagem escrita em função de problemas emocionais. Para alguns profissionais da área, conforme Serrano (2001) apud Massi (2010) as questões psicopatológicas como a depressão, estados de ansiedade e transtornos comportamentais influenciam no processo de aprendizagem da criança. E ainda segundo Serrano (2001 apud MASSI, 2010) diz que a depressão infantil perturba o processo de aprendizagem, porque a criança nesse estado tem sua atenção e concentração reduzidas; além disso, seu prazer em aprender também é diminuído.

“A abordagem psicoafetiva procura explicar o que toma por problemas na aquisição da escrita com base em perturbações afetivas da criança.” (MASSI, 2010, p. 37)

[...] diante de um cenário etiológico tão diverso e contraditório, antes de conceber a criança como portadora de um distúrbio, é imprescindível compreender o trajeto trilhado por ela para se apropriar da linguagem escrita, bem como os efeitos de práticas discursivas que circundam esse trajeto. (MASSI, 2010, p. 39)

O professor ou qualquer outro profissional que tenha contato com uma criança disléxica deverá, antes de tudo, observar, analisar e compreender o caminho percorrido dessa criança, sua individualidade e seu “mundo” onde circula para poder entender e assim chegar a um tratamento adequado, principalmente que seja educacional. O educador precisa estar sempre em constante formação, procurando estudar e pesquisar sobre o tema para que ele possa auxiliar pedagogicamente o aluno disléxico. É primordial também saber separar um simples problema de aprendizagem e um distúrbio específico de leitura.

No próximo capítulo, abordaremos sobre a diferenciação do que é problema de aprendizagem e do que é distúrbio para poder salientar os profissionais para que não haja equívocos na hora da abordagem.

3 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM X DISTÚRPIO ESPECÍFICO

A grande maioria das pessoas apresenta algum tipo de dificuldade, não necessariamente dislexia e é muito importante saber essa diferenciação, do que é apenas uma dificuldade isolada e se de fato a pessoa possui algum distúrbio específico na aprendizagem. E segundo Medeiros (2012) uma das manifestações mais evidentes das dificuldades de aprendizagem (DA) é o fracasso escolar.

Os problemas de aprendizagem, embora comumente tratados como um problema geral podem aparecer sob diversas formas e diferentes manifestações, acarretando sempre um prejuízo escolar. Estima-se que cerca de 40% da população apresenta alguma dificuldade no processo de aprendizagem. Deste universo, estima-se que entre 3 a 5% tenham uma alteração de ordem biológica que realmente dificulta o processo de aprendizagem. (CIASCA, 2003 apud SIQUEIRA et al, 2010, p. 04)

Cada pessoa possui suas individualidades e aprendem de formas diferentes umas das outras, cada uma no seu tempo, no seu ritmo - e nem todos irão ter a mesma facilidade em reter e utilizar as competências de leitura e escrita.

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. (ABRAMOWICZ, 1997)

De acordo com o pressuposto citado, a escola poderá sempre fazer algo mais por aquele aluno, cabendo a ela o acolhimento das diferenças e as devidas ações pedagógicas a serem trabalhadas.

Existem muitos profissionais que agem de forma errônea na hora de avaliar o sujeito e o rotula como portador de algum distúrbio ou até mesmo dislexia. É preciso muita cautela quando se trata de dificuldade de aprendizagem para não cometer algum tipo de diagnóstico de forma incoerente.

“A diferenciação do que é dificuldade (origem pedagógica), do que é transtorno ou distúrbio (de origem neurobiológica) é fundamental na correta abordagem do problema.” (SIQUEIRA et al, 2010, p. 04)

Saber essa diferenciação é de suma importância para que se tenha uma avaliação correta e conseqüentemente um tratamento adequado possibilitando que a aprendizagem de fato aconteça. Pois problema de aprendizagem é relacionado a fatores externos, como por exemplo, falta de incentivo da família, escola despreparada, ensino de baixa qualidade e entre outros.

A palavra distúrbio é formada pela junção do prefixo dis com o radical turbare ou turbar. O prefixo é carregado de negatividade, uma vez que seu significado é a alteração com sentido anormal, patológico, de acordo com o National Joint Committee on Learning Disabilities (NJCLD) ou Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem, um instituto norte-americano especializado em distúrbios de aprendizagem. Já o radical turbare traz o sentido de “alteração violenta na ordem natural”, como afirma o NJCLD.

Quando reunidos, dis e turbare formam a palavra distúrbio, com o seguinte significado no Dicionário Michaelis: “Perturbação, agitação, desordem, motim, traquinice”.

Já para o NJCLD, “distúrbio de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas”.

Portanto, entende-se por distúrbio de aprendizagem uma dificuldade fora do padrão que pode se desenvolver tanto em crianças quanto em adultos, pois a idade não é fator limitante.

De modo geral, grande parte da população apresenta algum tipo de problema na aprendizagem e não necessariamente de ordem biológica. Vale ressaltar a importância de se estabelecer o que é dificuldade no processo de ensino e de fatores biológicos para que não aconteçam equívocos na hora de encaminhar a criança e/ou adulto a um especialista para que seja feito o diagnóstico correto.

3.1 Respostas aos problemas (dificuldades) de aprendizagem

O ser humano já nasce com potenciais de aprendizagem e necessitam de estímulos internos e externos para o aprendizado. É através dessa dicotomia que verificamos que os problemas apresentados decorrentes da aprendizagem necessitam de diversos fatores, tantos de ordem natural e externa.

O sujeito e o objeto não são dados como instâncias originariamente separadas. Pelo contrário, eles se discriminam justamente em virtude da aprendizagem e do exercício. À medida que exerce sua atividade sobre o mundo, o bebê pode construir apesar das transformações, objetos permanentes, entidades diferentes dele e idênticas a si mesmas; por outro lado, tal atividade o define como agente e o determina, em primeiro lugar, pelo seu poder, como capacidade de ação. Portanto, podemos falar de

condições externas e internas da aprendizagem apenas no sentido descritivo, já que nem sua genética na ação nem seu funcionamento dialético permitem a adoção do esquema estímulo-resposta que tal dicotomia sugere. (PAIN, 1994, p. 21)

Fica evidente que todo o percurso de vida de uma pessoa e também de sua aprendizagem depende das condições internas e externas e isso também poderá refletir em sala de aula. O professor deverá considerar todas as situações vividas pelo seu aluno, seu conhecimento de mundo e trazendo na “bagagem” trocas de experiências significativas ao seu aprendizado.

A história das explicações começou simples: alunos que não conseguiam aprender a ler, escrever ou contar eram preguiçosos, burros ou não gostavam de estudar. Contrapondo-se à ideia de que o aluno não aprende porque não quer, alguns educadores viram a fonte do fracasso nos defeitos estruturais da instituição escolar, causados seja pela vocação ideológica conservadora, seja pelo despreparo humano e material. Culpa do aluno, culpa da escola, as duas polaridades deixam de considerar evidências científicas, progressivamente consensuais, apontando para variáveis intraindividuais que precisam ser reconhecidas e consideradas no planejamento educativo. (CASTRILLON, 2013, p. 372)

Fica evidente como o estigma do passado reflete nos tempos atuais. Verificamos hoje em dia a ideologia conservadora referida acima, vitimizando o aluno como incapaz, preguiçoso e desinteressado. E o fracasso escolar acaba sobressaindo com a falta de comprometimento por parte dos alunos. De acordo com Castrillon (2013) a fonte real do fracasso são as estruturas da instituição escolar embasadas de forma conservadora, tradicional.

Diversas estratégias compensatórias podem melhorar o engajamento ativo e passivo do aluno com dificuldades de aprendizagem. (HEALY, 2010 apud CASTRILLON, 2013, p. 396.)

Nesse caso, o professor deverá explicar mais devagar, aumentando o número de repetições e oferecendo ao aluno material que não seja cópia. Vale lembrar que o incentivo a participação oral do aluno é de extrema importância.

Alunos com dificuldades importantes de escrita podem experimentar o sucesso, desde o momento em que têm a chance de expressar a sua autoria por meio de textos ortograficamente incorretos, gravações, desenhos, apresentações em slides, gestos, poemas falados ou canções. A multiplicidade de meios é necessária para que o aluno experimente o sucesso e descubra formas alternativas de adquirir competências de letramento. O professor não deve corrigir a ortografia do aluno em situações em que o conteúdo é o foco da atividade. Deve, sim, reservar momentos em sala de aula em que a

atividade principal é ensinar e praticar uma competência ortográfica (escrita) ou de decodificação (leitura) de cada vez. Desta maneira, estará reforçando habilidades de automonitoramento, ao invés de penalizar o aluno desnecessariamente. (CASTRILLON, 2013, p. 396)

Segundo Medeiros (2012) conclui-se, então, que fechar os olhos para a questão das crianças com dificuldades de aprendizagem, não promovendo políticas educacionais preventivas que assegurem a sua aprendizagem já no início da vida escolar, sai muito mais caro para a sociedade, que terá que arcar, mais tarde, com o ônus de um indivíduo socialmente desadaptado e ressentido pela falta de oportunidades em um mercado de trabalho cada vez mais especializado e competitivo.

3.2 Fatores preditores de transtornos (distúrbio) de aprendizagem

Temos visto em sala de aula atualmente alguns professores “rotulando” alunos com algum tipo de dificuldade com algum distúrbio. Todo ser humano possui suas particularidades com diversas potencialidades que devem ser estimuladas desde o nascimento e em todo o processo de aprendizagem. Pois antes de “taxar” o aluno com qualquer distúrbio é preciso que o professor estimule esse aluno, observe seu ritmo, intervindo com ações pedagógicas para seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

É consenso que a aprendizagem se dá mediante um processo de modificações que acontecem no sistema nervoso central (SNC) e depende de fatores genéticos (herdados) e ambientais (experiências vividas). Isso torna cada indivíduo um ser único, portador de pontos fortes e pontos fracos e com potencialidades diferentes. Sabe-se que a aprendizagem escolar, nada mais é, que um contínuo ato de aprender e necessita do desenvolvimento de algumas habilidades que se processam por meio da aquisição de funções perceptivas, motoras e cognitivas – secundárias à maturação cerebral, que ocorre desde o nascimento até a vida adulta. (SIQUEIRA et al, 2010, p. 06)

É importante ressaltar que cada indivíduo é único, tem suas habilidades, seus potenciais, suas limitações e uma “bagagem” diferenciada, um conhecimento de mundo que é só seu. Cada leitura de cada criança traz consigo todo um processo de construção pessoal, permeada de interferências educacionais, culturais, emocionais, entre outras várias.

Certos grupos de crianças apresentam maior risco de apresentar transtornos de aprendizagem: doenças neurológicas (epilepsia, neurofibromatose, síndromes neurológicas variadas, entre outras); infecção por AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida); anemia falciforme; diabetes mellitus

insulinodependente; antecedentes de prematuridade; baixo peso ao nascimento (menor que 2500 g) e exposição ao álcool e fumo na gestação. (FEIGIN, 2008 apud SIQUEIRA et al, 2010, p. 07)

Existem também crianças pré-dispostas a apresentarem os transtornos de aprendizagem, com as doenças neurológicas (epilepsia, síndromes neurológicas, etc), infecção por AIDS, anemia falciforme, diabetes e outros. Esse grupo de criança é considerado de risco e devem ser trabalhados de forma adequada às suas especificidades e habilidades.

Não é uma tarefa simples identificar se há ou não um problema, maior ferramenta que se pode usar para descobrir se existe algum problema é a observação. O professor precisa observar o aluno de maneira geral, verificar se apresenta problemas de aprendizagem em uma ou mais áreas; se existe uma diferença entre seu potencial de aprendizagem ao desempenho que ele realmente apresenta; ou ainda se no decorrer da atividade oscila conhecimentos já adquiridos.

No próximo capítulo abordaremos o cerne desse trabalho: Identificação Precoce: como a escola pode lidar com escolares disléxicos? Destacaremos no contexto escolar, o que professores e demais profissionais da educação possam estar auxiliando para uma melhor abordagem da dislexia na escola. São várias estratégias que a escola e o professor poderão utilizar para ajudar no encaminhamento e no tratamento. É o que veremos a seguir.

4 IDENTIFICAÇÃO PRECOCE: como a escola pode lidar com escolares disléxicos?

Sabemos que professores não possuem a capacidade científica para diagnosticar a dislexia em sala de aula. Mas a escola, que é praticamente a continuação da casa dos alunos, pode auxiliar nos sinais da dislexia em sala, promovendo o incentivo para os professores e capacitando-os. O professor tendo o mínimo de compreensão sobre a dislexia poderá observar e registrar suas impressões em relação as dificuldades apresentadas pelos seus alunos. E diante das observações, o professor poderá identificar os sinais e procurando os profissionais que darão continuidade ao processo de identificação e diagnóstico. A escola desempenha um papel primordial, pois o professor é o que esta na linha de defesa diante do problema apresentado.

4.1 Identificação

A identificação ocorrerá de acordo com uma procura e levantamento dos escolares em risco. Essa identificação é voltada para alunos em início escolar, com idade entre 5 e 6 anos onde estão começando o primeiro ano do ensino fundamental. Porém, hoje em nossa legislação, é obrigatório os pais ou responsável matricular seu filho (a) na educação infantil, com 4 anos de idade.

Os principais sinais de risco, ou preditores da dislexia, são, além da própria dificuldade na aquisição da linguagem escrita, o baixo desempenho em testes matalinguísticos de consciência fonológica (tarefas de segmentação silábica, detecção de aliteração e rima e segmentação fonêmica), nomeação rápida de figuras e dígitos e memória de trabalho (ou operacional) fonológica (por exemplo, repetir sequências de palavras e dígitos ditados pelo examinador). (ANDRADE, P.; CAPELLINI, 2011; SNOWLING; STACKHOUWE, 2004 apud CAPELLINI 2013)

A implementação, segundo Capellini (2013) da identificação precoce começa pela escolha de um critério tanto qualitativo quanto quantitativo para definir o que é uma criança de risco.

4.1.1 Sintomas mais comuns da dislexia

Segundo Ianhez, 2001, os sintomas que aparecem com pessoas disléxicas são as dificuldades com os sons das palavras e, conseqüentemente, com a soletração; desempenho constante; lentidão das tarefas de leitura e escrita, mas não nas orais, entre outros.

De acordo com os estudos de Schain, em seu livro *Distúrbios de Aprendizagem na criança*, a dislexia é entendida como um distúrbio, pois contém características concretas:

1. Dificuldade de leitura e escrita que persistem até a idade adulta, a despeito da disponibilidade de oportunidade educacional.
2. Um conjunto característico de erros na escrita manual. Estes incluem inversões de grupos de letras; rotações de letras; adições, subtrações ou substituições de letras.
 - A) Inversões de letras referem-se a transposições na ordem de palavras, tais como ARO em vez de ORA ou RES em vez de SER.
 - B) Rotações geralmente envolvem letras representadas por imagem especular de outras, tais d e b, p e q ou m e w.
 - C) Pode haver uma tendência para “encurtar” palavras, por omissões de letras. Algumas letras adjacentes podem ser reunidas. Problemas semelhantes podem ser vistos, de forma transitória, na criança normal, durante o primeiro e segundo ano (escolar), mas é típico da criança disléxica que as individualidades gráficas persistam até a vida adulta.
3. Forte evidência de manifestação familiar da dislexia. Isto é especialmente notável na análise de gêmeos, indicando quase invariavelmente concordância em gêmeos idênticos, comparados a um alto grau de discordância em gêmeos fraternos.
4. Evidência de associação de um defeito simbólico generalizado, tal como distúrbio direcional (confusões de direito e esquerda), com problema de fala.

4.2 Diagnóstico e Encaminhamento

Para se trabalhar com alunos com algum tipo de transtornos de aprendizagem, por exemplo, a dislexia, se dá em um trabalho de equipe, abrangendo profissionais preparados e especializados multidisciplinar para que se desenvolvam resultados satisfatórios na aprendizagem desse aluno. O professor jamais irá diagnosticar seus alunos, mas ele poderá observar e mediante muita intervenção pedagógica para tentar solucionar alguma dificuldade, e mesmo assim persistindo a dificuldade, comunicar uma equipe multidisciplinar.

Os transtornos de aprendizagem envolvem fatores fisiológicos, neurológicos e cognitivos; portanto, exigem o trabalho de uma equipe multidisciplinar especializada [...] com médico (pediatra, neurologista ou psiquiatra), Neuropsicólogo, Fonoaudiólogo, Pedagogo (fundamental na avaliação pedagógica e acadêmica da criança). (SIQUEIRA et al, 2010, p. 08)

“Lembrar que é o conjunto dos sinais e sintomas que permite suspeitar de transtorno de aprendizagem e não os sintomas isolados.” (SIQUEIRA et al, 2010, p. 10)

Segundo Pereira (2013, p. 292) considerando que a dislexia resulta de alterações neurobiológicas na forma como o cérebro no domínio do processamento fonológico e noutros domínios psicolinguísticos e neuropsicológicos, devemos proceder a uma avaliação multidisciplinar que inclua:

1º anamnese;

2º exame visual;

3º exame auditivo com timpanograma ou Teste de Processamento Auditivo Central;

4º avaliação cognitiva;

5º avaliação emocional.

E ainda de acordo com Pereira (2013, p. 292) se, chegados aqui, percebemos que o aluno tem algum comprometimento em qualquer um ou em vários destes níveis, não avançamos com a avaliação em Dislexia. Isto porque a existência de um problema visual, auditivo, cognitivo ou até mesmo emocional pode estar a comprometer a aquisição da leitura e da escrita, bem como a compreensão do que se lê.

“Outra questão importante é percebermos que um aluno com Déficit Cognitivo não pode nunca ser diagnosticado com DISLEXIA ou qualquer outra DIS. Trata-se de uma questão intelectual. O disléxico tem por norma estar na média ou acima.” (PEREIRA, 2013, p. 293).

E ainda segundo Pereira (2013) o diagnóstico deve ser feito por exclusão, ou seja, excluindo todos os fatores que possam comprometer tal funcionalidade. Assim, só depois avançamos com:

6º avaliação da psicomotricidade;

7º avaliação da memória visual;

8º avaliação da memória auditiva;

9º avaliação da discriminação auditiva;

10º avaliação da maturidade perceptiva;

11º avaliação da velocidade de leitura;

12º avaliação da leitura de pseudopalavras;

13º avaliação dos processos de leitura;

14º avaliação por escrita;

15º avaliação da idade de leitura (dos dez anos em diante) ou avaliação da linguagem oral (dos oito aos dez anos).

A observação apurada do professor é um grande auxílio aos profissionais envolvidos em todo o processo, para tanto, há necessidade de que ele fique atento às atividades da criança, sem a preocupação de rótulos ou diagnósticos. A reunião de todos esses dados e da observação dos profissionais envolvidos, possibilitará diagnóstico preciso, estabelecimento de apropriada conduta terapêutica e encaminhamento eficaz.

Nos casos em que o acesso à equipe multidisciplinar não for possível, é fundamental que pelo menos um médico (pediatra, neuropediatra ou psiquiatra infantil), faça uma avaliação para excluir outras alterações.

“Deve ser sempre observado que as diferenças são pessoais, o diagnóstico é clínico, o entendimento é científico e o tratamento é educacional.” (ROTTA; OHLWEILER; RIESGO, 2006 apud SIQUEIRA et al, 2010, p. 11)

O professor precisa entender que todos os alunos, individualmente, são diferentes, possuem ritmo de aprendizagem própria, tempo para assimilar conteúdos e trazem consigo experiências únicas e diversificadas. Pois um método de ensino para um determinado aluno ou grupo, não poderá, necessariamente, funcionar para outro aluno ou grupo. Cada um possui suas especificidades e isso tem que ser levado em conta no processo de ensino-aprendizagem.

4.3 Como o professor pode ajudar encaminhar a criança que apresenta os sintomas de transtornos de aprendizagem (dislexia)

É necessário em primeiro plano, sensibilizar a família para as dificuldades apresentadas pela criança, mostrando que é necessária a busca de profissionais especializados.

“O professor deve estar atento às características presentes no comportamento do aluno.” (SIQUEIRA et al, 2010, p. 11)

A partir do levantamento das características observadas pelo professor, ele, junto com a orientadora e (ou) supervisora pedagógica da escola, deve procurar e orientar a família. O diagnóstico correto é essencial na escolha do tratamento adequado e efetivo. É fundamental reforçar a necessidade do apoio familiar como condição para o pleno desenvolvimento da criança.

O papel da família é de suma importância, pois com ela facilita no diagnóstico mais preciso e conseqüentemente aumenta a vontade do aluno em aceitar ajuda e alcançar um resultado mais eficaz no tratamento, melhorando seu desempenho escolar. É importante ressaltar que a abordagem inicial com os responsáveis pela criança deve ser feita de forma reservada. Evitar exposição das dificuldades em locais públicos e de forma informal, dialogada. Tal atitude visa à preservação da própria criança e família. Esse contato deve ser feito com a presença do professor e, se possível, também do coordenador pedagógico e registrado em ata.

Segundo Castrillon (2013 p. 394) o professor do ensino regular, muitas vezes criticado por não querer alunos com dificuldades significativas em sua sala de aula, está na verdade pedindo ajuda. Ele precisa de orientação sobre como modificar conteúdos, estratégias de ensino e rotinas em sala de aula.

A escola deve orientar a família para que procurem, se necessário, uma equipe multidisciplinar especializada para que sejam feitos testes comprovando o transtorno e assim realizando um diagnóstico correto.

4.4 Como o professor pode ajudar no tratamento da dislexia

Existem diversas maneiras do professor auxiliar no tratamento, que será sempre educacional conforme especialistas na área afirmam. E segundo Siqueira (et al, 2010) existem algumas atividades que podem ser utilizadas e que ajudam a complementar o trabalho da equipe multidisciplinar, como programas estruturados de métodos didáticos.

Ter um conhecimento científico sobre o problema para melhor entender suas dificuldades [...] colocar a criança com dificuldade sentada próximo à mesa de trabalho do professor, para que assim seja possível prestar mais ajuda quando necessário; certificar-se de que o aluno compreendeu o material escrito recebido; oferecer instruções tanto oralmente quanto por escrito, se necessário; reformular questões de provas ou testes em uma linguagem mais simples se necessário [...] incentivar o aluno a ler e a participar das aulas; sublinhar ou destacar a parte do texto mais importante para sua compreensão [...] (CAPELLINI, 2008 apud SIQUEIRA et al, 2010, p. 13)

Além de atividades práticas, o professor tem o dever de ter o mínimo de compreensão do assunto para que facilite na identificação e conseqüentemente no tratamento, podendo planejar e ministrar suas aulas de modo a respeitar o aluno disléxico.

Proporcionar a prática repetitiva de pequenos grupos de palavras, que sejam lidas com fluência. Iniciar com palavras de uso mais corriqueiro e do “mundo da criança”. Proporcionar leitura de livros e histórias que possam ampliar o vocabulário da criança, a partir das palavras já treinadas. Estimular, a partir do treino de grupos de palavras, a leitura em voz alta. Importante incentivar a criança e não coloca-la em situações constrangedoras. Proporcionar leitura de poesias curtas e com rimas que melhoram a fluência e a expressividade e entre outros. (SIQUEIRA et al, 2010, p. 14)

É importante também corrigir todos os erros ortográficos do aluno, explicando onde está o erro. Não solicitar que a faça novamente por estar “mal feita”. É relevante também valorizar o conteúdo e a forma escrita dos trabalhos. Talvez o professor rotular o erro do aluno como uma incapacidade é algo que deixará marcas na vida do aluno pois um erro poderá ser, na verdade, um progresso dele na aprendizagem.

Vale lembrar que elevar a autoestima dessas crianças disléxicas, valorizando o seu esforço, suas qualidades e pontos fortes, é fundamental para o pleno desenvolvimento do processo de aprendizagem desse aluno.

5 CONCLUSÃO

Em síntese, o propósito dessa monografia foi de salientar sobre esse assunto tão complexo e ainda de muitas perguntas e respostas, que é a dislexia em seus vários aspectos, sobretudo no contexto escolar. Percorrendo em seus vários conceitos, diferenciando problemas de aprendizagem com distúrbio específico para que não haja erro na abordagem correta do problema. E finalizando como a escola poderá identificar, encaminhar e diagnosticar a dislexia em seus alunos.

O tema, como se viu nesse trabalho, é bastante controverso e, obviamente, não se acaba aqui. Não há conclusões totalmente definitivas sobre a dislexia (suas causas, seus sintomas, sua ligação com a escola). O que nos restam são dúvidas que precisam ser exploradas e discutidas num debate crítico.

Mas existem diversas maneiras dos profissionais da educação, principalmente os professores, ficarem atentos às características dos nossos alunos, observando seu desempenho e se estão acompanhando de acordo com seu nível a aprendizagem significativa.

Como diz o filósofo francês Edgar Morin em seu livro *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, "será preciso ensinar princípios de estratégia que permitam enfrentar os imprevistos e as incertezas na complexidade do mundo contemporâneo". E ainda acrescenta dizendo que é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J. (Orgs). **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papiros, 1997. p. 11-26.

CAPELLINI, Simone Aparecida et al. Identificação e intervenção precoces: como a escola pode lidar com o baixo desempenho na alfabetização. In: ALVES, Lucia Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone Aparecida (Org.). **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2013. p. 33; p. 37; p. 39. (Vol 2.)

CASTRILLON, Luciana Maria Teixeira. Problemas de aprendizagem, soluções de aprendizagem: respostas instrucionais para as necessidades de cada aprendiz. In: ALVES, Lucia Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone Aparecida (Org.). **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2013. p. 371-399. (Vol 2.)

FARREL, M. **Guia do Professor: Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas: estratégias educacionais em necessidades especiais**. São Paulo: Penso, 2008.

IANHEZ, Maria Eugênia; NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. 11. ed. São Paulo: Alegre, 2001.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. p. 15.

MASSI, Giselle A. A. **A dislexia em questão**. São Paulo: Plexus, 2007.

MEDEIROS, Maria Celina Gazola. **O que os professores conhecem sobre dislexia e o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. São Paulo: SESI-SP, 2012. p. 30-31; p. 36-38; p. 46.

MELHORAMENTOS. **Michaelis dicionário escolar da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

NAVAS, Ana Lucia. Políticas públicas e legislação que garantam o apoio aos indivíduos com transtornos de aprendizagens: conquistas e desafios. In: ALVES, Lucia Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone Aparecida (Org.). **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2013. p. 23-31. (Vol 2.)

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Artes Médicas: Porto Alegre. 1994. p.21

PEREIRA, Rafael Silva. Avaliação em dislexia e os pré-requisitos para a aprendizagem da leitura escrita. In: ALVES, Lucia Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone Aparecida (Org.). **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2013. p. 292-293. (Vol 2.)

SCHAIN, R. J. **Distúrbios de aprendizagem na criança**. São Paulo: Manole, 1978.

SIQUEIRA, Cláudia Machado et al. **Dislexia**. [S. l.]: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2010.

SOUZA, C. S. N. **Entendendo a dislexia na prática: da identificação ao tratamento**. São Paulo: Clube de autores, 2013. p. 08.